



# VI Simpósio Nacional de HISTÓRIA CULTURAL

Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar

## AS ARTES DE CURAR: SABERES E PODERES

Mônica de Paula Age\*

A história social das artes de curar no Brasil foi marcada por uma relação conflituosa, mas de complementaridade entre os diferentes saberes preocupados em preservar a saúde, diagnosticar e curar o corpo doente. O presente trabalho, centrado na Província de Goiás da segunda metade do século XVIII a primeira do XIX, pretende discuti-las sob o ponto de vista dos saberes que a engendraram, de seus atores que as praticavam como também dos poderes revelados perante as artes de cura e seus agentes, fossem eles oficiais ou não. Privilegia-se nessa análise o espaço do Hospital Real Militar de Goiás, situado em Vila Boa de Goiás, principal vila da província.

Antes de tecer esse diálogo, torna-se importante apresentar algumas considerações históricas que localizam o objeto de estudo no seu tempo e no seu espaço. Igualmente necessário é abordar posicionamentos teóricos acerca da história da medicina que compõe a produção historiográfica brasileira sobre o período, procedimentos facilitadores para a compreensão do presente estudo.

O convívio de várias práticas curativas contribuiu significativamente com a formação da arte médica colonial brasileira. A arte médica advinda do reino português

---

\* Doutoranda pela Universidade Federal de Goiás

para a colônia, compartilhando conhecimentos e experiências com a prática de curar de colonos e africanos, originou uma arte de curar tipicamente colonial.

Márcia Moisés Ribeiro<sup>1</sup> afirma que ao saber médico indígena acrescentou-se a experiência dos europeus e africanos. Noções e práticas muito familiares aos colonos, outras absolutamente alheias, combinaram-se, dando origem à medicina dos tempos coloniais que nada mais é que o conjunto de conhecimentos, hábitos e práticas nascidos a partir do convívio assíduo entre as três culturas.

Esse fator sociocultural favoreceu para que, durante o século XVIII, o Brasil apresentasse uma medicina popular solidamente estabelecida. A arte de curar praticada no dia-a-dia da Colônia esteve quase sempre a cargo de parteiras, curandeiros, feiticeiros, raizeiros, benzedores, padres, barbeiros e sangradores.

Na capitania de Goiás durante o século XVIII, Mary Karasch<sup>2</sup> afirma, que em decorrência do atendimento médico europeu estar centrado nos militares e usualmente se restringia às cidades, ao quartel em Villa Boa de Goiás ou à quartéis de fronteira, os cuidados médicos da capitania de Goiás ficavam geralmente por conta dos tradicionais curandeiros populares.

No Brasil colonial, os práticos combinando ervas, rezas e simpatias, muitas vezes, tratavam de moléstias leves ou das sérias, com eficácia. Tenazes no esforço e compartilhando conhecimentos sobre a arte de curar, os práticos, sempre bem-vistos e aceitos por homens e mulheres leigos, gozavam de prestígio social.

Ervas medicinais, amuletos e rituais religiosos também faziam parte do receituário popular na capitania de Goiás. Para alguns, a doença era causada por bruxaria ou feitiçaria; acreditava-se que para curar a moléstia, era preciso agir contra o espírito mau invocado, valendo-se para isso de rituais religiosos. A imagem da Santa Rita servia para curar várias doenças, desde que colocada no fundo da sala principal. A esponja queimada era um poderoso amuleto na cura do bócio, doença comum na

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 23

<sup>2</sup> KARASCH, Mary C. História das doenças e dos cuidados médicos na Capitania de Goiás. In: FERREIRA, Lena Castello Branco. Saúde e doença em Goiás: a medicina possível. Goiânia: Editora da UFG, 1999, p. 45.

capitania.<sup>3</sup> Esse vasto conhecimento apresentado pelos práticos fazia com que a população goiana sempre os requisitasse.

A maneira como se dava a relação entre os práticos e os doentes, também, estimulava o prestígio social daqueles que exerciam a medicina informal. Compartilhando segredos e concepções semelhantes de doença e cura relacionado-as a elementos religiosos e o acreditar na eficácia que tinham as plantas medicinais eram fatores que favoreciam, ainda mais, a boa relação entre aqueles que praticavam a medicina informal e os doentes.

Essa relação, na maioria das vezes harmoniosa, pode ser exemplificada com a atuação das parteiras, partilhando segredos e cuidados, é encontrado no imaginário social feminino da época, seu aliado principal. Em Villa Boa de Goiás, a procura por mulheres que curam a partir de conhecimentos práticos permanece durante todo o período colonial brasileiro. No caso dos cuidados com a saúde dos bebês e das mulheres e na realização de partos, era comum a presença das parteiras, benzedadeiras e curandeiras e ainda as mulheres mais velhas, a partir de suas experiências, cuidavam dos males de outras mulheres, principalmente as doenças uterinas, com receitas à base de ervas e de flores.<sup>4</sup>

Outro fator que favorecia a atuação dos práticos na colônia brasileira era o número reduzido de médicos diplomados. Ribeiro<sup>5</sup> expõe que mesmo nos lugares mais urbanizados e desenvolvidos a falta de profissionais da medicina erudita foi regra durante todo o período colonial. Em proporção com a vasta extensão colonial e a alta demanda os médicos, que atuavam no período, eram insuficientes para atender à população na sua luta cotidiana contra a doença.

Além do reduzido número de médicos o acesso aos profissionais habilitados era privilégio de poucos. Concentrados normalmente nas cidades e vilas mais populosas, os profissionais habilitados para exercer a ciência médica ocupavam seu tempo prestando assistência às tropas, aos presídios e aos hospitais, mediante modesta

---

<sup>3</sup> Idem, p. 48.

<sup>4</sup> AGE, Mônica de Paula. *As mulheres parteiras na Cidade de Goiás (Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2002, p. 20-22.

<sup>5</sup> RIBEIRO, op.cit., p. 33.

remuneração oferecida pelas câmaras municipais, e dando atendimento àqueles que tinham maiores recursos para pagá-los<sup>6</sup>. Vale ressaltar que até os que detinham privilegiada situação econômica recorriam, muitas vezes, aos práticos de sua confiança para sanar seus males.

Diante do quadro inerente da arte de curar no período colonial brasileiro, a impopularidade da ciência médica fazia parte também do imaginário social da época. Além dos fatores já citados, Luiz Otávio Ferreira<sup>7</sup> afirma que esse desacreditar na ciência erudita se manifestava também na dificuldade dos médicos em lidar com as práticas ou valores populares relativos à saúde. Podia ser percebida, igualmente, nas concepções diferentes sobre a cura e a doença arraigadas nos conhecimentos de médicos diplomados e doentes<sup>8</sup>.

Flávio Coelho Edler<sup>9</sup> expõe a rejeição da ciência médica no período colonial brasileiro. Afirma o autor que junto ao leito do paciente, parentes, amigos e curiosos não se incomodavam de criticar o médico diplomado, propor outro tratamento ou sugerir o nome de outro prático mais eficaz para o caso; além disso, as divergências sobre as origens e tratamentos das doenças eram consideráveis

Apesar dos constantes conflitos entre a medicina popular e a ciência médica, vários estudos apontam o uso do conhecimento informal pelos doutos. Para Ferreira<sup>10</sup>, a medicina culta assemelhava-se à medicina popular, na medida em que expunha uma concepção de doença e apregoava um arsenal terapêutico fundados numa visão de mundo em que coexistiam o natural e o sobrenatural, a experiência e a crença.

---

<sup>6</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>7</sup> FERREIRA, Luiz Otávio. *Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)*. In: CHALHOUB, Sidney (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003, p. 115.

<sup>8</sup> PIMENTA, Tânia Salgado. *Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*. In: CHALHOUB, op. cit., p. 324.

<sup>9</sup> EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006, p. 48.

<sup>10</sup> FERREIRA, op. cit., p. 102.

Márcia Helena Mendes Ferraz<sup>11</sup> afirma que a medicina oficial reconhecia as virtudes terapêuticas em produtos de origem animal e vegetal que faziam parte da medicina popular. Como exemplo, a autora expõe que os textos dos médicos Simão Pinheiro Morão e João Ferreira da Rosa incorporaram os conhecimentos dos indígenas sobre a flora brasileira, receitando medicamentos à base de angelicó, maracujá e óleo de copaíba.

José Thomaz Nabuco<sup>12</sup> expõe que, no Brasil colonial, muitos médicos diplomados receitavam os medicamentos oriundos da medicina popular. O autor cita o caso do cirurgião-mor diplomado Manoel Fernandez Nabuco, o qual reúne, num estilo muito próximo ao de Curvo Semedo<sup>13</sup>, o relato de todos os segredos de sua experiência terapêutica, em que aparece claramente uma síntese do saber popular e erudito. Thomaz Nabuco expõe que o cirurgião-mor recomendava para o alívio de espasmos que retirassem as entranhas de um cão novo, da idade de seis meses até um ano e se misturasse ao alecrim, alfazema, flor e folhas de malva e se ingerisse imediatamente após o preparado.

Na capitania de Goiás também os conhecimentos empíricos e intuição acurada faziam parte do cotidiano médico, contribuindo para um diagnóstico apropriado.<sup>14</sup>

Percebe-se que a apropriação da medicina popular sobre a cura e doença pela ciência médica do período colonial não foi insignificante; embora, os médicos sempre apresentassem algumas ressalvas para os usos dos receituários oriundos do conhecimento informal.

Se a medicina popular estava presente no receituário médico erudito complementando-o é possível afirmar que tais conhecimentos estavam presentes nos hospitais das diferentes capitanias do Brasil.

---

<sup>11</sup> FERRAZ, Márcia Helena M. As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1882): o texto conflituoso da química. São Paulo: EDUC, 1997, p. 650-690.

<sup>12</sup> NABUCO, José Tomaz. Um médico do Brasil colonial: o cirurgião-mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>13</sup> Curvo Semedo (1635-1719), foi um famoso médico português que muito fez uso da medicina popular.

<sup>14</sup> SALLES, Gilka Vasconcelos F.. Saúde e doença em Goiás (1826-1930). In: FERREIRA, Lena Castello Branco, op. cit, p. 63.

Durante o período colonial brasileiro além da medicina popular, compor os receituários dos doutos, em casos de epidemias era comum encontrar práticos receitando e administrando remédios aos doentes. Ariosvaldo da Silva Diniz<sup>15</sup> retrata que no Hospital da Marinha do Recife, em decorrência de uma epidemia que assolava a localidade foi autorizado a um curandeiro, instalar-se no mencionado hospital e tratar os doentes.

O memorialista Pedro Nava<sup>16</sup> também afirma a presença de práticos e da medicina popular na cura dos doentes acamados nos Reais Hospitais Militares da colônia. Ressalta o autor que as condições de atendimento aos doentes, nestes hospitais, foram precárias, muitas vezes os doentes foram tratados por ajudantes dos regimentos, sem nenhum conhecimento médico.

O ofício do Governador e capitão-general de Goiás, Barão de Mossâmedes, José de Almeida Vasconcelos, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro datado de 1773, revela a presença de leigos, administrando e receitando medicamentos aos doentes do Hospital Real Militar<sup>17</sup> de Villa Boa de Goiás,

(...) o cirurgião (ilegível) do Hospital Real Militar dessa Capitania de Goiás elegeu o soldado Antonio Mendes para cuidar dos doentes, podendo receitar e fazer curativos na ausência do dito cirurgião. O mesmo foi considerado mais hábil para o exercício (ilegível) e já (ilegível) exercitado no dito hospital. (...)<sup>18</sup>

O documento acima transcrito mostra que o exercício de leigos no Hospital Militar era tolerável por médicos e governantes. Provavelmente por justificar a continuidade de funcionamento do hospital ainda sem a presença de médicos diplomados. Vê-se que o soldado eleito para exercer a arte de curar no hospital já tinha

---

<sup>15</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera. In: CHALHOUB, Sidney, op.cit., p.355.

<sup>16</sup> NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 95.

<sup>17</sup> O Real Hospital Militar de Villa Boa de Goiás foi criado na segunda metade do século XVIII e provavelmente foi extinto em 1832, em decorrência do Decreto Régio de 17 de fevereiro de 1832 que extinguiu todos os Reais Hospitais Militares da Colônia. Justifica-se a escolha do recorte temporal da presente comunicação. Para maiores detalhes sobre o Decreto Régio ver: MAIA, George Doyle. *Biografia de uma faculdade: história e estória da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha*. São Paulo: Editora Atheneu, 1996, p. 73.

<sup>18</sup> Museu das Bandeiras, Cidade de Goiás, Ofícios, doc. avulsos, 1773-1808.

atuado no mesmo; talvez, para adquirir conhecimento quando auxiliava o cirurgião na cura dos doentes.

Pode-se ainda afirmar que a presença de leigos praticando a arte de curar no hospital, ainda que antes adquirissem conhecimentos e experiências com médicos diplomados, facilitava ainda mais a presença da medicina popular no espaço hospitalar.

Assim, no Hospital Real Militar vilaboense era comum a interação entre a medicina popular e a ciência médica na cura dos doentes acamados nesse ambiente. A sangria era frequentemente usada não só no hospital, mas, também por práticos<sup>19</sup>. Karasch<sup>20</sup> afirma que os arquivos hospitalares goianos documentam essa prática até a década de 1830.

Em 1822 o receituário recomendado por Gabriel Marie Ploesquellec, físico das tropas e do Hospital Real Militar de Villa Boa de Goiás, transcrito a seguir, mostra-nos que a sangria estava presente como prática de cura nesse hospital.

Agosto 20 Para Ignácio Leme da Silva  
Sangria 1 cada 4 dias para continuar por 20 dias  
Emulsão Régia (ilegível) 3  
Ung. Atílico (ilegível) 3  
Bebidas de ervas 2 (ilegível) para continuar por 20 dias  
Gabriel Marie Ploesquellec  
HRM 20 agosto 1822.<sup>21</sup>

7

A documentação, acima transcrita, revela que o uso da sangria na cura de alguns males não estava tão distantes daquelas técnicas usadas pelos práticos goianos, os quais também faziam uso da sangria. Note-se, também que durante o século XVIII em Villa Boa de Goiás, o uso de ervas medicinais faz parte do receituário médico, o que também era muito difundido e usado por homens e mulheres que praticavam a medicina popular.

O uso da sangria é encontrada nas descrições, sobre as técnicas empregadas pelos curandeiros, fornecidas pelo cirurgião-mor Lourenço Antônio da Neiva do

<sup>19</sup> POHL, Joann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 43.

<sup>20</sup> KARASCH, op. cit., p. 47-48.

<sup>21</sup> Receituário Médico do Hospital Real Militar de Villa Boa de Goiás, 1789. Arquivo Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás. Livro de Registro de Doc., no 51, 1822-1832.

Hospital Militar de Villa Boa de Goiás, em 1791. A influência negativa dos curandeiros na vida da população goiana é apresentada desta forma:

(...) a pobre mulher apresentou-me o marido doente, quase morto (ilegível) por lá já tinha ido o curandeiro escravo de José do Rosário que já tinha feito 3 sangrias no mesmo pé do doente e no mesmo local do pé usando uma pequena faca que trazia amarrado em um amuleto do santo (ilegível) e que o doente tinha piorado, sendo atacado de febre. Foi preciso muito convencer a mulher que o homem tinha que ir se acamar no hospital para lá ser cortado o pé do doente que apresentavam um cheiro fétido. (...) <sup>22</sup>

Embora a imperícia do curandeiro, no caso descrito pelo cirurgião-mor Lourenço da Neiva, percebe-se que o uso da sangria era recorrente pelos práticos assim como pelos médicos diplomados que exerciam a atividade no Hospital Real Militar de Villa Boa de Goiás. Note-se, também que a forma de empregar a técnica da sangria e o objeto cortante provavelmente diferia do uso pelos profissionais qualificados na área da medicina daqueles que exerciam a arte de cura informal.

Pode-se inferir também da descrição feita por Lourenço da Neiva, que o douto é chamado em último caso já que não é conferido a ele a mesma confiança e prestígio dos curandeiros; e ainda, a influência que a religião tinha sobre a doença e o ato de curar. Essa influência, já citada, fazia-se presente também na ciência médica.

Verifica-se, ainda, do documento acima transcrito, a rejeição ao ambiente hospitalar. A casa era vista como o melhor espaço de cura e de interferir no tratamento do doente. Pois, é nesse espaço que se tem a liberdade de usar os conhecimentos práticos, os quais envolviam rezas, ervas, simpatias e até mesmo em chamar os curandeiros de maior estima do doente ou da família.

Para Flávio Edler<sup>23</sup>, no período colonial brasileiro, era comum os doentes receberem tratamento em casa. Assim, os que caíam doentes e seus familiares mantinham o controle da situação, ao contrário do que aconteceria num hospital. Em suas casas, eles podiam decidir sobre o tipo de terapia usada e escolher livremente dentre os vários tipos de práticos que exerciam a medicina informal.

---

<sup>22</sup> Arquivo Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás. Doc. Avulsos, caixa 32.

<sup>23</sup> EDLER, Flávio Coelho. op. cit., p. 30.



Além dos medicamentos e técnicas usados em diferentes doenças tanto pela medicina popular quanto pela ciência médica, vê-se que alguns tipos de alimentação são privilegiados por ambas.

Leny Caselli Anzai<sup>24</sup> afirma que em Goiás, desde o período colonial, os práticos forneciam aos doentes uma dieta conforme a doença que apresentassem. Por exemplo:

Canjica: fraqueza de homens, mulheres e meninos, para mulher que tinha parido, para aumentar o leite da parturiente e para engordar;  
Caldo de frango magro: para doentes com febre e fraqueza;  
Agrião: para curar gripe forte e renovar o sangue;  
Soro de leite: para dor de ouvido e curar diarreia;  
Ervas: para todo tipo de doença.<sup>25</sup>

No Brasil colônia o caldo ou canja de galinha era considerado medicinal, pois revitalizava os corpos doentes.<sup>26</sup> Como pode ser percebido essa dieta medicinal foi muito usada pelos práticos, os quais apresentavam amplo conhecimento sobre comida, corpo e doença.

A dieta oferecida aos doentes do Hospital Real Militar também variava conforme a doença apresentada pelos acamados.

Aos doentes febricitantes, que pela agudeza e gravidade das suas moléstias devem comer caldo simples de frango, caldo simples de vitella e de farinha de aveia, algumas ervas como Aypo(?), ou outras dessa natureza;  
Chicória ou agrião cozido, ervas e caldo de frango para os enfermos mais convalescentes.  
Soro de leite para doentes diarreicos.<sup>27</sup>

Vê-se que a dieta oferecida aos doentes pelos médicos do Hospital Real Militar se assemelhava aquela recomendada pelos práticos quando no tratamento de doenças e na recuperação dos doentes. Homens e mulheres que exerciam a medicina popular

---

<sup>24</sup> ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do Município de Goiás, 1888-1930*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFG, 1985, p. 128-130.

<sup>25</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>26</sup> JESUS, Nauk Maria. *Saúde e doença: práticas de cura no Centro da América do Sul (1727-1808)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso, 2001, p. 144.

<sup>27</sup> Arquivo Frei Simão Dorvi, Cidade de Goiás. Livro de dieta do Hospital Real Militar de Villa Boa de Goiás, 1780.

apresentavam sólidos conhecimentos sobre os efeitos medicamentosos de comidas, ervas e outros produtos extraídos da natureza.

Do exposto, pode-se afirmar que a medicina popular e a ciência médica complementavam-se no tratamento dos acamados no Hospital Real Militar de Villa Boa de Goiás. Ainda, que o convívio entre elas, no período colonial brasileiro, tenha sido marcado por rejeições, conflitos e perseguições a medicina popular conseguiu interferir positivamente nos conhecimentos dos doutos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGE, Mônica de Paula. *As mulheres parteiras na Cidade de Goiás (Século XIX)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2002.

ANZAI, Leny Caselli. *Vida cotidiana na zona rural do Município de Goiás, 1888-1930*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. UFG, 1985.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. As artes de curar nos tempos do cólera. In: CHALHOUB, Sidney (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas e farmácias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FERRAZ, Márcia Helena M. *As ciências em Portugal e no Brasil (1772-1882): o texto conflituoso da química*. São Paulo: EDUC, 1997.

FERREIRA, Luiz Otávio. *Medicina impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840)*. In: CHALHOUB, Sidney (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

JESUS, Nauk Maria. *Saúde e doença: práticas de cura no Centro da América do Sul (1727-1808)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.

KARASCH, Mary C. História das doenças e dos cuidados médicos na Capitania de Goiás. In: FERREIRA, Lena Castello Branco. *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

NABUCO, José Tomaz. *Um médico do Brasil colonial: o cirurgião-mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

NAVA, Pedro. *Capítulos da história da medicina no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

POHL, Joann Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SALLES, Gilka Vasconcelos F.. Saúde e doença em Goiás (1826-1930). In: FERREIRA, Lena Castello Branco. *Saúde e doença em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.